



Atividades no Mês das Mães

O Sindsep/MA realizou na manhã desta sexta-feira, 03, uma Ação Social alusiva ao Mês das Mães.

O evento aconteceu na seda da entidade e contou com a participação dos(as) filiados(as), que tiveram à disposição serviços de maquiagem, bioimpedância, limpeza de pele, teste de glicemia e aferição de pressão.

Um dos parceiros nas atividades do Sindsep é a GEAP, que sempre está presente e disponibiliza

para os filiados em momentos ações sociais serviços na área médica.

A GEAP é um plano autogestão em saúde, que desde 1945 atende os servidores públicos federais, estaduais, municipais ativos, aposentados e familiares, sendo uma das mais importantes operadoras de planos de saúde do Brasil para servidores públicos.

Sem fins lucrativos, a Operadora reverte todos os seus recursos para a assistência integral dos seus mais de 300 mil beneficiários.

Governo usa mesas para aprofundar distorções, em vez de corrigir

As reuniões que ocorreram nessa terça-feira, 30, para discutir PGPE, PST, PECs e ATA, incluindo a reunião dessa quinta, 2, que tinha como pauta Incra e MDA, mostraram que o direcionamento que o governo pretende dar às negociações da mesa apontam para um aprofundamento das distorções salariais no funcionalismo. A Condsef/Fenadsef destaca que esse cenário é totalmente incompatível com os compromissos que o próprio governo Lula assumiu ainda durante campanha presidencial.

Enquanto a média dos acordos firmados com as carreiras de servidores que possuem maiores patamares remuneratórios e menores perdas inflacionárias durante o período golpista Temer-Bolsonaro ultrapassa 20% em muitos casos, o governo apresentou índices ao re-

dor de 10% para os servidores que recebem as remunerações mais baixas do funcionalismo.

A proposta que está sendo apresentada a todas as carreiras a partir de agora é a mesma, inclusive apresentada aos servidores da educação, categoria em greve desde o mês passado: reajuste para os servidores de nível intermediário e superior de 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026. Já os servidores de nível auxiliar receberiam apenas 9%, divididos em duas parcelas de 4,5% para janeiro/2025 e maio/2026. As propostas se estendem aos servidores aposentados e aos pensionistas.

Na reunião do Incra e MDA a proposta foi exatamente a mesma apresentada ao PGPE, PST, PECs e ATA e que já havia sido apresentada aos servidores da educação, em greve deste o mês passado. "Não é



ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO EBSERH/MA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2024

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos Estatutários e convida os(as) demais empregados(as) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH/MA, para participarem da Assembleia por Local de Trabalho, no dia 06 de Maio de 2024, às 12:00 horas, no pátio do Hospital Universitário Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 227 - Centro, nesta, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes; 2 - Deliberação de Greve ou Não - Percentual de Essencialidade.

São Luís/MA, em 03 de Maio de 2024.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

possível que o governo tenha apenas uma proposta 'control c, control v' para nos apresentar. O que os servidores esperam e vão cobrar é uma negociação efetiva que envolva de fato a reestruturação das carreiras do Executivo", reforçou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Fonte: Condsef



Deputadas de direita querem impedir fiscalização da Lei da Igualdade Salarial

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP), apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL), que susta a aplicação da regulamentação da Lei da Igualdade Salarial (nº 14.611/2023), entre homens e mulheres, proposta pelo governo Lula (PT).

Adriana Ventura quer impedir que as empresas apresentem os relatórios de transparência, considerados fundamentais para que elas possam ser fiscalizadas e cumpram a lei. A proposta é subscrita pelas deputadas de oposição e de partidos alinhados à direita: Bia Kicis (PL-DF), Rosângela Moro (União Brasil-SP) e Any Ortiz (Cidadania-RS). Leia aqui o PDL

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Amanda Corcino, critica a proposta das deputadas que, segundo ela, estão agindo em defesa de setores conservadores patronais, já que para que a lei seja cumprida de fato, é preciso receber esses dados, analisá-los para saber quais as empresas que estão cumprindo e as que não estão cumprindo a Lei da Igualdade Salarial.

“Com esse projeto de decreto legislativo essas deputadas de oposição estão servindo de instrumentos do patriarcado, contra os interesses das mulheres, porque essa lei é um marco no combate à desigualdade”, diz

A dirigente cutista espera que o projeto que impede o relatório de transparência não seja aprovado, mas é preciso que as entidades sindicais fiquem atentas e façam um enfrentamento, divulgando essa proposta absurda das deputadas porque o país tem um

Congresso Nacional conservador, formado em sua maioria por empresários e ruralistas.

“Eu acho que é um pouco difícil para eles assumirem publicamente essa posição em um ano eleitoral, mas a gente está fazendo o nosso trabalho, mobilizando sindicatos, as federações e as confederações, no sentido de denunciar que têm deputadas querendo esse retrocesso. Então, nós temos que divulgar isso ao máximo, para que elas entendam o mal que estão fazendo para todas as mulheres trabalhadoras desse país. Queremos salário igual para trabalho igual”, afirma Amanda.

Tentativas de impedir a aplicação

Esta não é a primeira vez que tentam impedir a fiscalização e cumprimento da lei de igualdade salarial. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entraram em conjunto com uma Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI), no Supremo Tribunal Federal (STF), para impedir seja cumprida.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, 208 empresas se recusaram a fornecer o relatório, mas que apesar de terem conseguido que a justiça suspendesse a entrega, o ministério vai fiscalizar, sim.

“É inaceitável que a gente tenha o preconceito, assédio e abuso do mercado de trabalho. Portanto, está em nossas mãos, nas mãos dos sindicatos, na mão das centrais, na mão da classe trabalhadora, esse processo de conquista. Nós estamos inteiramente à disposição de vocês”, disse Marinho durante o ato de comemoração do 1º de Maio.

Por outro lado, segundo o ministro, cerca de 10 mil empresas que não precisariam entregar o relatório porque não têm em seu quadro funcional mais do que 100 trabalhadores, ainda assim, deliberadamente, o fizeram.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora é uma boa surpresa o número de empresas que enviaram o relatório sem terem obrigação para isso. A lei determina que apenas empresas com mais de 100 funcionários precisam entregar o relatório da transparência.

Emprego e renda das mulheres

O último dado da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao quarto trimestre de 2023, mostra que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho está em torno de 52,7%. Ou seja, para cada 100 pessoas em idade ativa, acima de 14 anos, tem 52,7 mulheres no mercado de trabalho, enquanto que entre os homens o percentual é de 72,3%. A diferença é de quase 20%.

A taxa de desemprego para as mulheres está em torno de 9,2%, enquanto que para os homens a taxa é 6,0%, a diferença é de praticamente um terço a mais de desemprego entre as mulheres na comparação com os homens. No caso das mulheres negras é ainda maior, de 11,1%. O rendimento médio mensal das mulheres (R\$ 2.562) no 4º trimestre de 2023 foi 22,3% menor do que o recebido pelos homens (R\$ 3.323).

Fonte: CUT